

Agreste
Saneamento S.A.
(anteriormente denominada CAB
Águas do Agreste S.A.)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650, Fax +55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Agreste Saneamento S.A. (anteriormente denominada CAB Águas do Agreste S.A)
Arapiraca -AL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agreste Saneamento S.A. (anteriormente denominada CAB Águas do Agreste S.A.) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agreste Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras que descreve que a Companhia em decorrência da limitação de recursos financeiros da controladora está exposta ao risco de liquidez do Grupo Iguá Saneamento S.A. (anteriormente denominada Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental), caso a



controladora venha requerer recursos da Companhia para operacionalizar o Grupo como um todo. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade da Administração do Grupo de executar os planos de negócio aprovados conforme descrito na referida nota explicativa. Essa condição indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 22 de junho de 2017 emitimos relatório de auditoria com abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais da Agreste Saneamento S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2 - Reapresentação das demonstrações financeiras, as referidas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para considerar os eventos ocorridos entre a data de aprovação original das demonstrações financeiras anteriormente emitidas até a data de aprovação dessas novas demonstrações financeiras, em especial, sobre a conclusão das operações previstas no Acordo de Investimento e Outras Avenças que incluiu a alteração do controle acionário da controladora da Companhia, a consolidação dos planos da controladora da Companhia com vistas à reversão da sua situação patrimonial e financeira que consideram, dentre outros, a obtenção de recursos junto aos acionistas, a readequação do perfil das dívidas e a obtenção de *wavier* para o contrato de Empréstimos e financiamentos conforme descrito nas notas explicativas nº 1 - Contexto Operacional e nº 27 - Eventos subsequentes. Consequentemente, a modificação contida no relatório originalmente emitido que conduziu à uma abstenção de opinião devido a impossibilidade de concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional na elaboração daquelas demonstrações financeiras era apropriado não é mais necessária e, portanto, nosso relatório sobre as demonstrações financeiras está sendo reemitido sem modificação e substitui o anteriormente emitido. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de setembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Agreste Saneamento S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	26	19	Fornecedores e outras contas a pagar	13	1.326	2.430
Outros investimentos	10	8.945	6.464	Financiamentos	14	9.313	8.655
Depósitos bancários vinculados		-	288	Obrigações fiscais	15	4.828	2.513
Contas a receber e outros recebíveis	11	33.646	31.734	Provisões e encargos trabalhistas		1.208	1.109
Impostos e contribuições a recuperar	12	4.485	1.162	Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	13	-
Estoques		328	335	Dividendos a pagar	24d	19.910	8.693
Despesas antecipadas		218	72				
Total do ativo circulante		47.648	40.074	Total do passivo circulante		36.598	23.400
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Contas a receber e outros recebíveis	11	259.567	225.030	Fornecedores e outras contas a pagar	13	12	-
Depósitos judiciais		9	8	Financiamentos	14	162.388	159.531
Impostos e contribuições a recuperar	12	2.249	2.120	Obrigações fiscais	15	25.738	23.418
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	20.983	9.128
Total do realizável a longo prazo		261.825	227.158	Total do passivo não circulante		209.121	192.077
Imobilizado		2.688	2.143	Patrimônio líquido			
Intangível		45	56		17		
Total do ativo não circulante		264.558	229.357	Capital social		44.721	44.721
				Reservas de lucros		21.766	9.233
Total do ativo		312.206	269.431	Total do patrimônio líquido		66.487	53.954
				Total do passivo		245.719	215.477
				Total do passivo e patrimônio líquido		312.206	269.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	21	65.949	41.900
Custo dos serviços prestados	22	<u>(12.669)</u>	<u>(13.508)</u>
Lucro bruto		<u>53.280</u>	<u>28.392</u>
Despesas operacionais			
Despesas comerciais	19c	-	(23.051)
Despesas administrativas e gerais	22	(7.342)	(6.120)
Outras despesas		<u>(4)</u>	<u>(3)</u>
		<u>(7.346)</u>	<u>(29.174)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>45.934</u>	<u>(782)</u>
Receitas financeiras	23	8.528	858
Despesas financeiras	23	<u>(18.706)</u>	<u>(16.823)</u>
Despesas financeiras líquidas	23	<u>(10.178)</u>	<u>(15.965)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>35.756</u>	<u>(16.747)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(151)	(41)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	<u>(11.855)</u>	<u>5.694</u>
Resultado do exercício		<u><u>23.750</u></u>	<u><u>(11.094)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	<u>23.750</u>	<u>(11.094)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>23.750</u></u>	<u><u>(11.094)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas			Lucros e prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais			Reserva de retenção de lucros
Saldos em 1º de janeiro de 2015		40.000	1.669	1.712	16.946	-	60.327
Aumento de capital		4.721	-	-	-	-	4.721
Resultado do exercício		-	-	-	-	(11.094)	(11.094)
Compensação do prejuízo do exercício		-	-	-	(11.094)	11.094	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17	<u>44.721</u>	<u>1.669</u>	<u>1.712</u>	<u>5.852</u>	<u>-</u>	<u>53.954</u>
Resultado do exercício		-	-	-	-	23.750	23.750
Reserva legal		-	1.188	-	-	(1.188)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	86	43	(129)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(11.217)	(11.217)
Reserva de lucro		-	-	-	11.216	(11.216)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		<u>44.721</u>	<u>2.857</u>	<u>1.798</u>	<u>17.111</u>	<u>-</u>	<u>66.487</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agreste Saneamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	23.750	(11.094)
Ajustes para:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	23.051
Depreciação e amortização	502	392
Resultado na venda de imobilizado	13	2
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.855	(5.694)
PIS e COFINS diferidos	2.320	(163)
Juros sobre atualização do contas a receber de clientes e de outros investimentos	(46.721)	(20.315)
Juros incorridos de financiamentos	18.601	16.794
Imposto de renda e contribuição social provisionados	151	41
	<u>10.471</u>	<u>3.014</u>
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	9.304	3.596
Redução (aumento) em estoques	7	(58)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	(3.452)	1.107
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(146)	59
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(1)	70
(Redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(1.092)	(3.027)
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	99	432
Aumento em obrigações fiscais	2.315	1.761
	<u>17.505</u>	<u>6.954</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(138)	(169)
Juros pagos de financiamentos	(11.467)	(1.415)
	<u>5.900</u>	<u>5.370</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(1.045)	(777)
Aquisições do ativo intangível	(4)	(33)
Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos	288	4
Outros investimentos	(1.513)	(1.087)
	<u>(2.274)</u>	<u>(1.893)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Pagamentos de financiamentos	(3.619)	(33)
Dividendos pagos	-	(3.500)
	<u>(3.619)</u>	<u>(3.533)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamentos		
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>7</u>	<u>(56)</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>19</u>	<u>75</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>26</u>	<u>19</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agreste Saneamento S.A. (anteriormente denominada CAB Águas do Agreste S.A.) (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca - Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274, e foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL por meio de concessão administrativa, para construção, gestão, operação e manutenção do novo sistema adutor do Agreste, planejado para iniciar no município de Traipu/AL e terminar no município de Arapiraca/AL, bem como recuperar, gerir, operar e manter o sistema coletivo do Agreste existente e a realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança da área da PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012. A Companhia é controlada pela Iguá Saneamento S.A. (anteriormente denominada Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental).

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL ao final do prazo da concessão, podendo ser prorrogado por decisão exclusiva da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, observando o limite de máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

Aditivo ao contrato de concessão

Em 27 de março de 2017 a Companhia e a CASAL firmaram o Segundo Termo Aditivo ao contrato de concessão, estabelecendo: (i) o reequilíbrio econômico financeiro, (ii) adequações de escopo de obra, fornecimento de equipamentos e de serviços comerciais e (iii) fluxo de pagamento das contraprestações, conforme nota explicativa nº 27 - eventos subsequentes.

Acordo de investimento

Em 20 de julho de 2017, conforme nota explicativa nº 27 – eventos subsequentes, foram concluídos todos os atos do fechamento previstos no Acordo de Investimento da controladora Iguá Saneamento S.A., firmado em 17 de novembro de 2016 com as acionistas Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, juntamente com o Banco Votorantim S.A. e a RKP BRL Investments I LLC., sendo efetivadas as operações:

- a) A Controladora (i) alterou a razão social de Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental para Iguá Saneamento S.A.; (ii) aumentou o capital social no montante de R\$ 255.915, sendo R\$ 185.915 mediante capitalização dos créditos relativos às cédulas de crédito e debêntures da controladora detidos pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, no valor total de R\$ 102.682 e R\$ 83.233 respectivamente, na data base 31 de outubro de 2016, e R\$ 70.000 em moeda corrente; (iii) passou a ser controlada pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia; e

- b) Reperfilamento das dívidas do Grupo, restabelecendo a liquidez de curto prazo.

A Companhia entende que suas operações, atreladas às premissas acima mencionadas, serão suficientes para gerar caixa positivo e cumprir com todas as obrigações contratuais e financeiras para os próximos doze meses e que mediante efetivação do acordo de investimento, retomará o crédito, podendo conseqüentemente prosseguir com os projetos de eficiência operacional, inovação e modernidade de gestão, bem como realizar novos investimentos.

O exercício social da Companhia encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente emitidas em 22 de junho de 2017, estão sendo reapresentadas para considerar os eventos ocorridos entre a data de aprovação original das demonstrações financeiras anteriormente emitidas até a data de aprovação dessas novas demonstrações financeiras, em especial, sobre a conclusão das operações previstas no Acordo de Investimento e Outras Avenças que incluiu a alteração do controle acionário da controladora da Companhia, a consolidação dos planos da controladora da Companhia com vistas à reversão da sua situação patrimonial e financeira que consideram, dentre outros, a obtenção de recursos junto aos acionistas, a readequação do perfil das dívidas e a obtenção de *waiver* para o contrato de empréstimos e financiamentos, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 – Contexto Operacional e 27 –Eventos Subsequentes.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 29 de setembro de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 - realização do contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 16 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa nº 19 - instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) *Contratos de concessão de serviços e construção com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL*

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à CASAL, o qual, de acordo com ICPC01 (R1) - Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) Contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob um contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), consistente com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receita sobre contratos de construção, visto que o risco da demanda dessa obra é da CASAL.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão e os juros efetivos são determinados pela Companhia também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final do contrato de concessão.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos na demonstração do resultado de sua competência e estão diretamente relacionadas ao respectivo ativo financeiro formado. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Margem bruta sobre contrato de construção	65,88%	65,88%
Juros efetivos do contrato de concessão	13,59%	11,61%

A Companhia reconhece as receitas com base em taxas anuais revisadas, calculadas com base em plano de negócio atualizado.

b. Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de concessão pública e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receita das operações da Companhia. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

d. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre outros investimentos;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- outras despesas e receitas financeiras; e

- despesas com juros sobre financiamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	30 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Veículos

5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível é a seguinte:

Software

5 anos

j. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do

ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

k. Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

l. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2016.

m. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

n. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5(a)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço

cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

a. Contratos de Construção

A receita contratual inclui atualmente o valor inicial acordado no contrato mais quaisquer alterações no trabalho contratado, pleitos e pagamentos de incentivos, à medida em que seja provável que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Quando um pleito ou alteração é reconhecida, a medição do progresso do contrato ou do preço do contrato é revisada e a posição acumulada do contrato é reavaliada em cada período de relatório.

Segundo a IFRS 15, pleitos e alterações serão incluídas na contabilização do contrato quando aprovados.

b. Transição

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando suas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

(i) Classificação - Ativos financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(ii) Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

(iii) Classificação - Passivos financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

(iv) Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre o risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) Transições

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.

Outras alterações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (j).

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	2	2
Saldos bancários	24	17
Total	<u>26</u>	<u>19</u>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de empréstimos e recebíveis relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 19.

10 Outros investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 7 (j).

	2016	2015
Certificado de depósito bancário	8.945	6.464

Em 31 de dezembro de 2016 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos certificados de depósitos bancário foi de 14,00% e em 31 de dezembro de 2015 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos certificados de depósito bancário foi de 13,18%.

As informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de crédito, de mercado e de mensuração do valor justo relacionados a depósitos bancários vinculados estão incluídas na nota explicativa nº 19.

11 Contas a receber e outros recebíveis

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (j).

	Nota	2016	2015
Recebíveis de contratos de concessão		293.151	256.727
Adiantamentos		62	36
Partes relacionadas - operações mensais	24	-	1
Total		293.213	256.764
Ativo circulante		33.646	31.734
Ativo não circulante		259.567	225.030

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	262.962
Receita decorrente de serviços de operação	12.799
Receita decorrente de serviços de construção	13.093
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	20.279
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(29.355)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(23.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	256.727
Receita decorrente de serviços de operação	11.275
Receita decorrente de serviços de construção	16.979
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	45.753
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no período	(37.583)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	293.151

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado,

mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 19.

12 Impostos e contribuições a recuperar

	2016	2015
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido concessão	4.901	1.741
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido concessão	1.064	379
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	659	436
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	62	713
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	35	-
Outros	13	13
Total	6.734	3.282
Ativo circulante	4.485	1.162
Ativo não circulante	2.249	2.120

13 Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (j).

	Nota	2016	2015
Fornecedores diversos		1.115	2.279
Partes relacionadas - operações mensais	24	223	151
Total		1.338	2.430
Passivo circulante		1.326	2.430
Passivo não circulante		12	-

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 19.

Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestações de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL. Os compromissos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim estimados por seus valores nominais.

31 de dezembro de 2016	Compromissos	12	13 a 24
	futuros	meses	meses
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>			
Compromissos com contratos	3.098	3.097	1
31 de dezembro de 2015			
	Compromissos	12	13 a 24
	futuros	meses	meses
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>			
Compromissos com contratos	1.098	1.094	4

Os compromissos serão registrados de acordo com o regime contábil de competência, quando os serviços forem prestados e serão pagos de acordo com seus vencimentos contratuais.

14 Financiamentos

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (j).

<u>Linha de crédito</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>		<u>Vencimento</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		<u>médios a.a. (%)</u>				
FCP - SAN	TR	9,80		de 2017 a 2035	171.605	168.054
Finame		6,00		de 2017 a 2019	96	132
Total					<u>171.701</u>	<u>168.186</u>
Passivo circulante					9.313	8.655
Passivo não circulante					162.388	159.531

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 19.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

A garantia dos contratos de Finame é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

As principais garantias do financiamento FCP-SAN é o penhor de ações de emissão da Companhia, vinculação da receita da Companhia por meio da estrutura de contas especiais de garantias, penhor dos direitos creditórios e constituição de conta reserva equivalente a três prestações mensais vincendas.

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>12 meses</u>	<u>13 a 24 meses</u>	<u>25 a 36 meses</u>	<u>37 a 48 meses</u>	<u>49 a 60 meses</u>	<u>61 a 227 meses</u>
Financiamentos	171.701	9.313	9.230	9.215	9.193	9.193	125.557

<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>12 meses</u>	<u>13 a 24 meses</u>	<u>25 a 36 meses</u>	<u>37 a 48 meses</u>	<u>49 a 60 meses</u>	<u>61 a 239 meses</u>
Financiamentos	168.186	8.655	8.655	8.655	8.640	8.618	124.963

15 Obrigações fiscais

	2016	2015
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido – concessão	21.190	19.241
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido – concessão	4.548	4.177
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3.838	1.971
Programa de Integração Social (PIS)	885	428
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	42	40
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido a recolher	19	35
Impostos Sobre Serviços (ISS) retido a recolher	12	24
PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	23	11
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	9	4
	30.566	25.931
Passivo circulante	4.828	2.513
Passivo não circulante	25.738	23.418

16 Provisão para contingências

A Companhia, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A Companhia considera não existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, não constituiu nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2016.

Contingências passivas não provisionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possui contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras relativas aos processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

17 Patrimônio líquido

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (j).

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 está representado por 44.720.746 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2015), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2016	2015
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b. Natureza e propósito das reservas

(i) Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2014, sendo reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

- Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral de exercícios anteriores, sendo utilizada primeiramente para à compensação de prejuízos do exercício.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deve ser de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei. Os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o banco Caixa Econômica Federal - CEF e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização do contrato sem prévia anuência da CEF, estando autorizada desde já a efetuar a distribuição dos referidos recursos, desde que seja atendido o índice de cobertura de serviço da dívida - ICSD.

18 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2016	2015
Total do passivo	245.719	215.477
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(26)	(19)
(=) Passivo líquido (A)	245.693	215.458
Total do patrimônio líquido (B)	66.487	53.954
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	3,70	3,99

19 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Valor contábil			Total	Valor justo
		Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros		Nível 2
31 de dezembro de 2016						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Outros investimentos	10	8.945	-	-	8.945	8.945
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	26	-	26	
Contas a receber e outros recebíveis	11	-	293.213	-	293.213	
Total		-	293.239	-	293.239	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Fornecedores e outras contas a pagar	13	-	-	1.338	1.338	
Financiamentos	14	-	-	171.701	171.701	
Total		-	-	173.039	173.039	

		Valor contábil			Total	Valor justo
		Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros		Nível 2
31 de dezembro 2015						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Outros investimentos	10	6.464	-	-	6.464	6.464
Depósitos bancários vinculados		288	-	-	288	288
Total		6.752	-	-	6.752	6.752
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	19	-	19	
Contas a receber e outros recebíveis	11	-	256.764	-	256.764	
Total		-	256.783	-	256.783	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Fornecedores e outras contas a pagar	13	-	-	2.430	2.430	
Financiamentos	14	-	-	168.186	168.186	
Total		-	-	170.616	170.616	

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido

ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2016.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de cliente e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a CASAL, para o qual foi instituída conta vinculada entre o poder concedente e a Caixa Econômica Federal (CEF). Trata-se de uma conta arrecadadora onde todo o recebimento da Companhia é centralizado. Mensalmente, a Companhia e a CASAL devem comunicar até o 15º dia útil à CEF, o valor da contraprestação pecuniária a ser recebido/pago respectivamente, sendo conclusivo o valor informado pela CASAL. No caso de haver atraso no processo de aprovação por parte da Casal, a CEF transfere de imediato o montante ora informado pela Companhia.

Mediante primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento da contraprestação plena prevista para iniciar no 25º mês de vigência do contrato de concessão foi postergado para o 32º mês, sendo as diferenças de fluxo de caixa diluídas nas contraprestações futuras. A CASAL não vinha realizando a liquidação da contraprestação plena e conforme nota explicativa nº 27 - Eventos subsequentes, o segundo termo aditivo firmado em 27 de março de 2017, determinou que as questões relativas aos valores a serem recebidos do 25º ao 42º mês do contrato encontram-se suspensas até a conclusão dos procedimentos arbitrais pertinentes a esta oposição de interesses, bem como determinou que a contraprestação pecuniária plena será devida a partir do 60º mês do contrato, com incremento na contraprestação à partir do 63º mês de contrato relativo ao *capex* adicional. As diferenças de recebimento ocorridas entre o 43º e 59º mês em virtude do reequilíbrio financeiro ocorrido, serão diluídas nas contraprestações futuras a partir do 60º mês. Diante deste cenário a Companhia reconheceu uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de seus recebíveis no montante R\$ 23.051 em 2015, não reconheceu a receita no montante de R\$ 13.115 em 2016, dos quais R\$ 26.602 serão revistos de acordo com os mecanismos de solução de conflitos previsto no contrato de concessão.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	9	26	19
Outros investimentos	10	8.945	6.464
Depósitos bancários vinculados		-	288
Contas a receber e outros recebíveis (*)	11	293.151	256.728
Total		302.122	263.499
Ativo circulante		42.555	38.469
Ativo não circulante		259.567	225.030

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2016	2015
A vencer	293.151	256.727
Vencidos de 1 a 30 dias	-	1.313
Vencidos de 31 a 90 dias	-	1.555
Vencidos de 91 a 120 dias	-	1.414
Vencidos de 121 a 180 dias	-	3.314
Acima de 180 dias	23.051	15.455
Total	316.202	279.778

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2015	-
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	23.051
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.051
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.051

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2016	2015
Financiamentos	14	171.701	168.186
Fornecedores e outras contas a pagar	13	1.338	2.430
Total		173.039	170.616
Passivo circulante		10.639	11.085
Passivo não circulante		162.400	159.531

Por tratar-se de uma SPE - Sociedade de Propósito Especifico com a finalidade de gerir o contrato de PPP - Parceria Pública Privada firmado com a CASAL, a Companhia realizou abertura de crédito junto a CEF, baseada nas previsões de entrada de caixa previstas no respectivo contrato, conforme divulgado na nota explicativa nº 14. Este

financiamento contém algumas cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas podem exigir que a Companhia liquide o financiamento antecipadamente ou que os acionistas aportem recursos próprios.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2016	Valor Fluxo de caixa		12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 227
	contábil	contratual	meses	meses	meses	meses	meses	meses
Financiamentos	171.701	333.165	19.856	19.710	19.538	19.355	19.183	235.523
Fornecedores e outras contas a pagar	1.338	1.338	1.326	12	-	-	-	-

31 de dezembro de 2015	Valor Fluxo de caixa		12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 239
	contábil	contratual	meses	meses	meses	meses	meses	meses
Financiamentos	168.186	337.053	19.084	18.952	18.813	18.648	18.472	243.084
Fornecedores e outras contas a pagar	2.430	2.430	2.430	-	-	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TR.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Nota	2016	2015
Ativos financeiros			
Outros investimentos	10	8.945	6.464
Depósitos bancários vinculados		-	288
Recebíveis de contratos de concessão	11	293.151	256.727
Passivos financeiros			
Financiamentos	14	171.605	168.054

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo de outros investimentos, dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de

juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Outros investimentos	8.945	CDI	11,80	1.056	14,75	1.319	17,70	1.583
Receíveis de contratos de concessão	293.151	IPCA	5,10	14.951	6,38	18.703	7,65	22.426
Passivos financeiros								
Financiamentos	(171.605)	TR	1,10	(1.888)	1,38	(2.368)	1,65	(2.831)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	130.491			14.119		17.654		21.178
Impacto no resultado e patrimônio líquido						3.535		7.059

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Outros investimentos	8.945	CDI	11,80	1.056	8,85	792	5,90	528
Receíveis de contratos de concessão	293.151	IPCA	5,10	14.951	3,82	11.198	2,55	7.475
Passivos financeiros								
Financiamentos	(171.605)	TR	1,10	(1.888)	0,82	(1.406)	0,55	(943)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	130.491			14.119		10.584		7.060
Impacto no resultado e patrimônio líquido						(3.535)		(7.059)

Fontes: a informação CDI, IPCA e da TJLP foi extraída do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2016.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja política contábil na nota explicativa 7 (f).

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	539	669	-	-	(130)	363
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	12.296	7.837	-	-	4.459	7.837
Contas a receber – contratos de concessão	-	-	24.943	12.123	(12.820)	3.091
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	9.115	5.735	(3.380)	(5.735)
Outras diferenças temporárias	240	224	-	-	16	138
	13.075	8.730	34.058	17.858	(11.855)	5.694
Compensação (*)	(13.075)	(8.730)	(13.075)	(8.730)	-	-
Total	-	-	20.983	9.128	(11.855)	5.694

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.
- (*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Reconciliação da taxa efetiva	2016	2015
Resultado do exercício antes dos impostos	35.756	(16.747)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(12.157)	5.694
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(9)	(6)
Subvenção governamental	129	-
Outras	31	(35)
Imposto corrente	(151)	(41)
Imposto diferido	(11.855)	5.694
Alíquota efetiva	34%	34%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

21 Receita operacional líquida

Veja política contábil na nota explicativa 7 (a) e (b).

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à CASAL.

	2016	2015
Ativo financeiro	45.753	20.279
Serviços	11.275	12.799
Construção	16.979	13.093
Impostos sobre os serviços prestados	(8.058)	(4.271)
Total	65.949	41.900

22 Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2016	2015
Contrato de construção	(5.138)	(7.692)
Custos com pessoal	(3.699)	(2.881)
Custos de concessão	(3.465)	(2.684)
Depreciação e amortização	(401)	(310)
Crédito Pis e Cofins	34	59
Total	<u>(12.669)</u>	<u>(13.508)</u>

Despesas administrativas e gerais	2016	2015
Despesas com pessoal	(3.223)	(1.698)
Serviços contratados	(2.805)	(2.136)
Outras despesas	(1.213)	(2.204)
Depreciação e amortização	(101)	(82)
Total	<u>(7.342)</u>	<u>(6.120)</u>

23 Despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2016	2015
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	7.543	210
Juros sobre outros investimentos	968	648
Outras receitas financeiras	17	-
Total	<u>8.528</u>	<u>858</u>

Despesas financeiras	2016	2015
Juros sobre financiamentos	(18.601)	(16.794)
Outras despesas financeiras	(105)	(29)
Total	<u>(18.706)</u>	<u>(16.823)</u>

Despesas financeiras líquidas	<u>(10.178)</u>	<u>(15.965)</u>
--------------------------------------	-----------------	-----------------

24 Partes relacionadas

a. Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b. Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros),

contabilizados nas rubricas "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2016	2015
Remuneração da diretoria	592	550
Participação nos lucros e resultados	323	42
Encargos Sociais	183	46
Benefícios diretos e indiretos	47	118
Total	1.145	756

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 13)	(Nota 13)		
Repasso de recursos e custos com serviços compartilhados Iguá Saneamento S.A.	(a)	-	-	24	-	(148)
- Contrato de assistência técnica	(b)	-	-	199	131	(1.486)
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(c)	-	-	-	20	(209)
Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial)						
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(c)	-	1	-	-	(61)
ENOPS Engenharia Ltda.						
- Consultoria	(d)	-	-	-	-	(142)
Total		-	1	223	151	(2.039)

- (a) Refere-se a repasse de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (b) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A. com vigência até o término do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2016, o prazo remanescente é de 26 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita.
- (c) Refere-se a repasses de recursos em virtude de estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e a controladora Iguá Saneamento S.A. pagos em parcelas mensais fixas de R\$ 26.
- (d) Refere-se a serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração de estudo diagnóstico de perdas e análise de viabilidade da implantação do programa de controle e combate às perdas.

d. Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia propôs a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 11.217 a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Desta forma, a Companhia possui dividendos a pagar de R\$ 19.910 (R\$ 8.693 em 31 de dezembro de 2015) a sua acionista.

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Risco de engenharia	11.002	200.998
Seguro empresarial	55.760	55.760
Responsabilidade civil	38.702	8.000
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	7.220	7.120
Total	<u>112.684</u>	<u>271.878</u>

26 Compromissos

a. Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa

A Companhia até 31 de dezembro de 2016 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão.

Tais compromissos e investimentos contratuais não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

Em relação ao seguro garantia, a Companhia está em processo de renovação da apólice vencida.

b. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

27 Eventos subsequentes

Aditivo ao contrato de concessão

Em 27 de março de 2017 a Companhia e a CASAL firmaram o Segundo Termo Aditivo ao contrato de concessão, estabelecendo: (i) o reequilíbrio econômico financeiro por meio da alteração do valor da contraprestação mensal pecuniária plena a partir do 60º

mês do contrato, (ii) adequações de escopo de obra, fornecimento de equipamentos e de serviços comerciais e (iii) fluxo de pagamento das contraprestações, sendo as diferenças relativas aos valores a receber entre o 25º e 42º mês do contrato, nos termos do Primeiro Termo Aditivo, suspensas até a conclusão dos procedimentos arbitrais pertinentes a este conflito e as diferenças relativas ao 43º até o 59º mês diluídas nas parcelas futuras a partir do 60º mês, com incremento de contraprestação à partir da 63º mês relativo ao *capex* adicional.

Conclusão do acordo de investimentos

Em 17 de novembro de 2016 a controladora firmou Acordo de Investimento que, entre outras obrigações, estabeleceu a contribuição das ações detidas pela Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) a um Fundo de Investimento em Participações e a reestruturação da dívida do Grupo com instituições financeiras.

Em 20 de julho de 2017, foram concluídos todos os atos do fechamento previstos no Acordo de Investimento. Desta forma, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a controladora (i) passou a ter a denominação social Iguá Saneamento S.A., (ii) aumentou seu capital social no montante de R\$ 255.915, mediante emissão de 69.169.768 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas através de aporte em moeda corrente no montante de R\$ 70.000 e de crédito detido pela Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia provenientes da conversão de dívidas da controladora no montante de R\$ 185.915, que passa a controlar a Iguá Saneamento S.A. Desta forma, a composição do capital social da controladora passa a ser a seguinte:

	Participação
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	84,18%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15,82%
Total	100,00%

* * *

Composição da Diretoria

Presidente do Grupo

Otávio Ferreira da Silveira

Vice – Presidente do Grupo

Gustavo Fernandes Guimarães

Diretoria da Companhia

Jean Paul Cabral Veiga da Rocha

Guilherme de Figueiredo Dias

Diretor de controladoria do Grupo

Denilson de Paula Gonzaga

Contador

Patrícia Hirano Diz
CRC/SP nº SP-265232/O-9